

CONTRIBUIÇÃO PARA O MÉTODO DE INVESTIGAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

Carlos Nuno Castel-Branco

Este artigo discute a construção do quadro conceptual abstracto, ou método, para a investigação da economia de Moçambique, que forma o ponto de partida da análise das tensões e relações entre a essência e a aparência dos fenómenos económicos e sociais. Este método permite definir o que é do domínio do estudo da economia nas condições históricas presentes, bem como as relações entre os vários fenómenos que, embora aparentem ser isolados uns dos outros e, até, possam parecer paradoxais, no entanto formam parte de uma única narrativa explicativa de um sistema de acumulação de capital em condições históricas específicas.

O artigo está organizado em quatro secções. A primeira argumenta que os fenómenos sociais nem sempre são, na essência, aquilo que parecem ser, ou como se manifestam no dia-a-dia.

Nem sempre a aparência é falsa ou ilusória, podendo ser parte orgânica da essência. A separação e o estabelecimento da relação entre essência e aparência requerem, como ponto de partida da análise, a escolha e a adopção cuidadosas de conceitos teóricos abstractos, adequados às questões de investigação e ao seu contexto histórico específico. A segunda secção desenvolve o conceito de economia política utilizado na nossa investigação, que assenta no método de Marx em *O Capital*, resumindo as suas características fundamentais. Argumenta que o significado de «economia» (política) e, portanto, do foco de estudo de «economia» (política) é historicamente específico e depende da configuração das relações sociais e das condições materiais em que, e através das quais, a sociedade se organiza.

A terceira secção retoma a discussão de Fine & Rustomjee (1996) sobre a política económica da industrialização na África do Sul.

Desta análise a secção retém, para o estudo da economia moçambicana, três elementos fundamentais: o respeito pelas particularidades históricas, a necessidade e o processo de identificar a essência e o núcleo das dinâmicas económicas e sociais, por força e em torno das quais o sistema de acumulação se desenvolve e reproduz, e o enfoque na dialéctica ligações-agentes como processo de estudo e pesquisa da história, que articula a unidade dialéctica da economia política. A quarta secção retira, das anteriores, as implicações metodológicas para a pesquisa da economia política da transformação económica em Moçambique, focando-se nas dinâmicas e

condições de expansão, estabilidade, crise e mudança, no contexto histórico específico que estrutura o seu sistema de acumulação de capital.

ESSÊNCIA E APARÊNCIA

Os fenómenos económicos e sociais nem sempre se parecem com aquilo que a sua essência é. No capitalismo, o mercado de trabalho livre (em que a força de trabalho é comprada e vendida) oculta a existência de exploração, do mesmo modo que a democracia política sugere igualdade e liberdade em vez da realidade das instituições políticas que sustentam a reprodução do privilégio e do poder. Esta separação entre realidade (conteúdo ou essência) e aparência (forma) dos fenómenos económicos e sociais forja a ligação entre conceitos abstractos e a sua presença concreta no dia-a-dia. Aparências não são necessariamente falsas ou ilusórias, pois podem ser parte integrante da realidade (essência), tanto representando e revelando como ocultando aspectos fundamentais do capitalismo que uma análise mais apropriada deverá permitir esclarecer (Fine & Saad-Filho, 2016; Marx, 1976).

Não podemos retirar [da análise] salários, lucros e preços, mesmo quando os reconhecemos apenas como a forma como o capitalismo organiza exploração, (...) pois no caso de salários, lucros e preços a aparência [forma] é parte orgânica da realidade [essência], revelando e ocultando aspectos mais fundamentais do capitalismo que uma dialéctica apropriada deverá poder revelar (Fine & Saad-Filho, 2016: 4, tradução livre do autor).

Semelhantemente, o reconhecimento de que a expansão da economia moçambicana é predominantemente financiada por influxos de capitais externos, privados e públicos, não deve conduzir-nos à confusão dessa manifestação concreta do dia-a-dia com a essência do modo de acumulação de capital em Moçambique, embora essa «forma», ou «aparência», seja parte da «essência» que pretendemos revelar.

O nosso estudo da economia de Moçambique consiste em identificar e estabelecer a separação e a relação e as tensões entre o abstracto (essência) e o concreto (aparência), de modo que a essência seja revelada no seu todo. Este projecto, como é argumentado por Fine & Saad-Filho (2016), requer a escolha e adopção cuidadosa de conceitos teóricos abstractos, adequados aos problemas e contextos históricos específicos, que são o ponto de partida da análise, bem como a demonstração do conteúdo histórico e lógico de cada conceito, de modo a revelar a diferença e a relação entre o que as coisas são e como é que parecem ser. Como é que esta complexa relação, entre essência e aparência, pode ser desvendada?

ECONOMIA POLÍTICA COMO ANÁLISE HISTÓRICA DO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para este projecto de investigação, recorreremos à aplicação do método de Karl Marx ao estudo do capitalismo usado em *O Capital* (Marx, 1976, 1978, 1981), que contém cinco características fundamentais e gerais (Fine & Saad-Filho, 2016). Primeira, os *fenómenos e processos sociais apenas existem, e apenas podem ser compreendidos, nos seus contextos históricos próprios*. Generalizações a-históricas ou trans-históricas, supostamente válidas em todo o lado independentemente do tempo, são geralmente inválidas, vazias de conteúdo, ou ambas. As sociedades humanas são imensamente flexíveis, podem ser organizadas em formas profundamente diferentes, pelo que é apenas por via de um estudo detalhado que é possível compreender as suas estruturas internas, modos de funcionamento, contradições, transformações e limites. As sociedades são diferenciadas pelos modos de produção, os quais, por sua vez, se desenvolvem desigualmente, e com as suas tensões e contradições internas, seguindo caminhos próprios a cada local e momento histórico. Cada modo de produção é estruturado de acordo com as suas relações de classe e modos de extracção de excedente (em vez de por via de estruturas de distribuição), que são próprios e específicos do modo de produção e do local e do tempo em que este emerge. Portanto, os conceitos utilizados têm de ser, igualmente, específicos e adequados ao modo de produção e às condições históricas específicas e desiguais em que se desenvolve em cada local e momento, do mesmo modo que a análise do processo de formação do capitalismo moçambicano requer o reconhecimento das especificidades históricas ao longo do tempo e região do país, e entre Moçambique e outras regiões do mundo.

Por exemplo, a separação dos produtores directos dos meios de produção e a sua proletarianização como trabalhadores assalariados é uma das características específicas e dominantes do modo de produção capitalista, mas a extensão desta análise ao caso moçambicano requer o entendimento do processo de semiproletarianização como forma de manter a força de trabalho disponível e barata, ainda que desorganizada como classe (O’Laughlin, 1981, 1996; Ali, 2013; Ali & Muianga, 2016). Estas formas de semiproletarianização e de integração da força de trabalho camponesa nas estruturas capitalistas de acumulação variaram entre regiões do País, com o Sul a fornecer força de trabalho migrante para o complexo mineral-energético sul-africano e, em menor escala, para as propriedades agrícolas coloniais, para o emprego industrial, para as plantações de açúcar e copra, para a construção e para os portos e caminhos-de-ferro; enquanto no centro, o processo de semiproletarianização foi dominado pelas plantações e, no Norte, pelas culturas forçadas de algodão e caju (O’Laughlin, 1981; Wuyts, 1981). A aparência distingue e diferencia estes processos, tornando-os divergentes, e reproduz o argumento dualista da coexistência entre diferentes modos de produção, confundindo o concreto do dia-a-dia com a essência. Todavia, a essência, integração da força de trabalho nas estruturas de acumulação

capitalista, contém estes elementos de aparência que não podem ser eliminados da análise. Sem a análise da especificidade histórica e sem a consideração pela riqueza dada pela história, a análise de economia política não passará de derivações intelectuais, mais ou menos lógicas, a partir da teoria. Sem conceitos específicos e adequados para a situação concreta, a análise histórica não progride.

Segunda, a *teoria perde a sua validade se for forçada para além dos seus limites históricos e sociais*, pois os conceitos analíticos são definidos a partir das sociedades e dos momentos históricos que foram concebidos para analisar. A análise do capitalismo, mesmo que seja correcta, não produz, automaticamente, os princípios pelos quais outros modos de produção podem ser compreendidos.

Terceira, a análise de Marx é *estruturada internamente pela relação entre teoria e história*, em vez de ser centrada em derivações conceptuais. A realidade existe, histórica e materialmente, fora e independentemente da cabeça pensante, pelo que não pode ser explicada apenas ou principalmente pelo progresso conceptual. A realidade é formatada por estruturas, tendências e contratendências sociais (que podem ser derivadas dialecticamente, dado um quadro analítico apropriado) e por contingências imprevisíveis (que são historicamente específicas e não podem ser derivadas). Os resultados da interacção destas tendências podem ser explicados retrospectivamente e à medida que acontecem, mas não podem ser determinados antecipadamente. Embora o materialismo dialéctico¹ permita compreender o passado e o presente, o futuro não pode ser previsto com exactidão e detalhe. O reconhecimento de que a análise histórica constitui parte do método de estudo não é uma concessão ao empirismo, mas apenas a confirmação de que uma realidade em transição e em transformação não pode ser reduzida, nem determinada por um sistema de conceitos, por mais sofisticado que seja.

Quarta, o *materialismo dialéctico identifica os conceitos, estruturas, relações e níveis de análise* requeridos para a explicação de fenómenos e processos mais concretos, mais complexos e específicos. O progresso teórico inclui a introdução de novos conceitos, o refinamento e a reprodução dos conceitos existentes a níveis mais altos de complexidade e de forma mais concreta, e a introdução

¹ Resumidamente, a dialéctica implica uma noção de tensão entre elementos antagonistas, em que o desenvolvimento ocorre através da resolução de tais tensões de uma maneira tal que alguns elementos de ambas as partes são retidos na nova forma que emerge da resolução do antagonismo. A dialéctica compreende as coisas concretamente em todo o seu movimento, mudança e interconexão, com os seus lados opostos e contraditórios em unidade, mas também em tensão e conflito. A dialéctica opõe-se ao modo formal e metafísico do pensamento, que começa com uma definição fixa de uma coisa de acordo com os seus vários atributos aparentes, os quais podem esconder a essência ou génese da questão. Para a dialéctica, os elementos têm sentido através das relações entre si e do movimento do objecto no seu todo. Para a dialéctica, as coisas podem ser contraditórias não apenas na aparência, mas na essência, mas essa contradição faz parte do todo. Na dialéctica os conceitos são flexíveis e móveis, limitados apenas pelo imperativo de compreender o movimento do próprio objecto, por mais contraditório e transitório que seja. Segundo a dialéctica, o movimento histórico não é arbitrário ou predeterminado, mas emerge através do desenvolvimento e da resolução de conflitos, tensões e antagonismos. No entanto, o movimento histórico não está enraizado, nem é principalmente caracterizado pelo desenvolvimento de ideias, mas estas, a consciência, as culturas, as normas, as instituições, e assim por diante, são moldadas pelas condições materiais e experiência prática, e pelas questões que essa vida material coloca. Este último elemento coloca a dialéctica numa base materialista.

de evidência histórica que permita fornecer uma narrativa mais rica e exacta. Assim, o método requer e permite explicar fenómenos e características que outras teorias tomam como dadas, como, por exemplo, o monopólio dos meios de produção por uma minoria; o trabalho assalariado ou semiassalariado, ou a integração do trabalho não remunerado no sistema de produção capitalista, para a maioria; a distribuição dos produtos por via de trocas monetárias; as remunerações envolvendo categorias sociais como preços, lucros, juros, rendas, salários, honorários e transferências; a existência e a essência das mercadorias, e as particularidades da mercadoria «força de trabalho», que cria e que tem valor.

Quinta, o método de Marx é focado na transição e na transformação histórica, com ênfase na relação complexa, multifacetada e tensa entre estruturas de produção, relações sociais e transições e transformações históricas. A sociedade, como um todo, precisa de trabalhar para produzir e satisfazer as suas necessidades, mas a forma como a produção é organizada e como o produto dessa produção é apropriado e distribuído é específica a cada modo de produção e às formas particulares que o modo de produção adquire ao longo da sua história e em diferentes locais, dependendo de trajectórias históricas específicas. As relações sociais em que as pessoas se envolvem no processo de produção e de reprodução são independentes da sua vontade individual e são específicas a cada sociedade. As pessoas fazem a história, mas não a fazem apenas de acordo com as suas vontades individuais. Os padrões de vida social, cultural, política e económica são determinados por estas condições sociais de produção, apropriação e distribuição.

O método de Marx em *O Capital* não é orientado para construir uma teoria de preços ou de poupança,² nem um conjunto de critérios de eficiência válidos em todo o lado e para todos os tempos, nem pretende desenvolver uma abordagem de segurança social. Em vez das relações entre coisas, da arte de economizar, ou de análises parciais de questões sociais e económicas, o método de Marx está focado no estudo das relações que as pessoas estabelecem entre si e das estruturas e fontes internas de estabilidade, expansão e crise do sistema capitalista, bem como na compreensão dos processos que da necessidade e da vontade de transformar o modo

² Alguns autores declaram, falsamente, que a economia política marxista é hostil à poupança. Em si, a poupança não é um foco de estudo da economia política marxista. Entendendo o capitalismo como um modo de produção assente na acumulação de capital, e este dependendo da transformação do excedente em lucro, o que a economia política marxista pretende fazer é entender como é que o excedente é gerado e transformado em lucro, como é que este é usado no processo de acumulação de capital, qual é a natureza das relações entre as pessoas nesses processos sociais, económicos e políticos, e quais são as implicações das várias formas de organização da produção, da apropriação, da distribuição e da utilização do excedente para as dinâmicas de estabilidade, expansão, crise e transformação da sociedade. Poupança é uma categoria analítica, atribuída a uma igualdade macroeconómica que relaciona rendimento, consumo e investimento. É um conceito que pode ser ou não adequado para o debate em questão. Marx estava menos interessado em igualdades macroeconómicas em si do que estava na clarificação dos processos económicos, políticos e sociais que explicam o que entra nessas igualdades, o excedente, a apropriação, a distribuição e a utilização, e entendia esses elementos no contexto de estruturas sociais de acumulação de capital. Os elementos macroeconómicos a que chamamos poupança ou investimento ou consumo são não mais do que expressões concretas, do dia-a-dia, de um processo muito mais fundamental de produção, partilha e utilização da mais-valia. Porque haveria o marxismo de ser «hostil» à poupança, ao consumo ou ao investimento, ou a qualquer outra manifestação concreta e corrente de processos sociais e económicos muito mais complexos e fundamentais?

de produção podem criar a capacidade e a actividade (revolucionária) transformativa (Fine & Saad-Filho, 2016).

O método de *O Capital* forma um conceito de economia política que, mais do que ser interdisciplinar, rejeita e ultrapassa as barreiras que separam as disciplinas académicas (Fine & Saad-Filho, 2016). Assim, o significado de «economia» torna-se historicamente específico, decorrendo da sociedade e da época histórica em que se localiza (Gruffydd-Jones, 2012).

O que a «economia» estuda e como o faz depende da configuração particular das relações sociais e das suas condições materiais em que, e através das quais, a sociedade se organiza, bem como do método de investigação da «essência» que caracteriza essa sociedade. Logo, a economia política estuda o modo de produção, o que, no caso do capitalismo, significa o estudo do sistema de acumulação de capital em condições históricas específicas.

O lucro é a fonte de acumulação de capital, a qual é a razão de ser do sistema capitalista. Acumulação de capital é um conceito social, político e económico que capta o processo histórico de formação do capitalismo. Numa fase inicial, conhecida por acumulação primitiva, a acumulação de capital consiste na expropriação e na reorganização da propriedade e no controlo dos recursos materiais e meios de produção; na separação dos produtores directos do controlo dos meios de produção e a sua transformação em trabalhadores assalariados, semiassalariados ou, mesmo, não remunerados ou desempregados, e a sua integração e subjugação, mais ou menos formal, ao processo de reprodução do trabalho e do capital; a transformação da força de trabalho em mercadoria que pode ser vendida ou comprada, que cria e tem valor; e a concentração de trabalhadores e meios de produção sob novas estruturas e relações sociais e condições técnicas de produção, que são específicas do modo de produção capitalista.

Numa segunda fase, a acumulação de capital consiste na expansão das capacidades produtivas e na crescente concentração e centralização do capital, que resultam directamente da competição entre firmas e entre facções do capital, ao mesmo tempo que vastos grupos sociais são excluídos do acesso ao/e do benefício dessas capacidades produtivas, excepto como assalariados ou trabalhadores casuais, informais ou não pagos.

À medida do seu desenvolvimento e da emergência e solução de tensões e contradições, a acumulação de capital pode significar a expansão da mercantilização (através da privatização, de parcerias público-privadas, da terceirização ou de outros mecanismos) para áreas, sectores e actividades onde o capital estava, antes, excluído e que são vitais para a reprodução da força de trabalho e do capital. Este processo transforma bens e serviços públicos em mercadorias e em novas oportunidades de lucro, e transfere, para as famílias e para a sociedade, os custos privados e sociais de reprodução da força de trabalho e do capital. A mercantilização de novas áreas e sectores da sociedade é, frequentemente, justificada com argumentos sobre a introdução da liberdade de escolha (em vez da imposição social dos bens e serviços públicos), a eficiência económica (em vez da distorção introduzida por subsídios públicos), a austeridade da despesa

pública, o estímulo fiscal ao capital e o incentivo ao trabalho árduo (em vez da dependência de subsídios).

Portanto, os objectos do estudo da «economia» (política), em cada período histórico do desenvolvimento do capitalismo, são a operação e a interacção entre estas diferentes fases de acumulação de capital, que marcam a evolução e a transformação do modo de produção capitalista, bem como os factores que determinam as condições de estabilidade, crise e mudança, e que motivam a luta social pela transformação social e económica.

COMPLEXO MINERAL-ENERGÉTICO – ESPECIFICIDADE HISTÓRICA DO SISTEMA DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NA ÁFRICA DO SUL

Fine & Rustomjee (1996) expandiram e adaptaram o método de Marx ao estudo do capitalismo sul-africano, apresentando os resultados e as implicações da sua investigação sobre a história e as dinâmicas actuais daquela economia. À semelhança do método de Marx em *O Capital*, os autores focaram a sua análise no estudo do sistema de acumulação de capital, explicando-o a partir das suas estruturas e condições sociais de produção, o que pressupõe uma descrição das relações entre a base produtiva, a organização corporativa, as finanças e as relações sociais, ao longo das várias fases de transição e transformação histórica. Os autores construíram dois conceitos fundamentais, com os quais estruturaram o debate teórico e organizaram a informação histórica, nomeadamente o complexo mineral-energético, como descrição do sistema económico, e a análise do relacionamento dialéctico entre ligações e agentes, como método de investigação que permite a compreensão das estruturas produtivas e das relações sociais de produção, em dinâmicas históricas específicas.

O complexo mineral-energético (MEC), como sistema de acumulação, identifica e descreve as estruturas sociais de acumulação em que a industrialização e a transformação económica na África do Sul têm lugar, construídas em torno do núcleo central do MEC (que inclui as indústrias extractivas e as directamente relacionadas com o MEC, como as de processamento, a jusante, dos minerais – ferro e aço, alumínio, etc.) e que incluem as ligações, dependentes do MEC, para outros sectores, através de ligações corporativas, das finanças e dos fornecedores. Este modo, historicamente particular, de acumulação capitalista é detalhadamente analisado e, neste processo, são reveladas as tensões entre a aparência concreta (por exemplo, a existência de uma economia diversificada com base na substituição de importações) e a essência abstracta (o domínio do complexo mineral-energético sobre um processo de acumulação, e a subordinação dessa indústria de substituição de importações às dinâmicas do MEC através, por exemplo, das ligações corporativas, do sistema financeiro, da estrutura dos preços de factores, da balança de pagamentos, etc.). Os autores não só identificaram as particularidades

do capitalismo sul-africano e do seu modo de acumulação como, no processo de o fazerem, também construíram uma narrativa histórica única que une os diferentes sectores e aspectos essenciais da economia sul-africana em função da análise do seu papel no sistema de acumulação dominado pelo MEC.

O quadro analítico ligações-agentes foi o segundo conceito desenvolvido pelos autores para a análise do capitalismo sul-africano. Ligações (condições materiais, forças produtivas) são actividades ou pressões económicas que conduzem a outras actividades e pressões económicas (e, fazendo isso, geram crescimento e transformação económicos). São exemplos de ligações económicas: estruturas de especialização dependente que conduzem a crises de reprodução económica quando a economia se expande; transformação tecnológica que gera aumentos de produtividade e reduz custos de investimento, ou que cria desemprego; monopólios que geram economias de escala, reduzem os custos marginais de produção, fomentam investigação e inovação porque internalizam os benefícios, mas concentram e centralizam o capital; a oferta de bens e serviços básicos de consumo que permitem baixar os custos de subsistência da força de trabalho e criar oportunidades de expansão da proletarização (mais intensidade em trabalho e mais empregos) em condições competitivas e com salários reais mais amplos; o impacto da dívida pública na reestruturação dos incentivos e das dinâmicas especulativas do sistema financeiro.

Agentes são as firmas, o Estado, os mercados ou outras formas sociais de organização das forças produtivas, e as suas representações formais e informais (as instituições), que antecipam, reagem a, tiram vantagens de, fazem acontecer (ou não) e criam ligações.

As pressões económicas ajudam a moldar os agentes e os seus interesses e acções, a revelar e resolver as suas tensões, conflitos e antagonismos, e a estabelecer os parâmetros em que os agentes interagem. Por exemplo, porque é e por quem é que a crise da dívida é identificada como um problema? Que grupos sociais beneficiam ou vêem na dívida uma oportunidade, e que grupos são prejudicados ou nela vêem uma ameaça? E qual será a resposta a essa crise? O corte da procura agregada e da oferta monetária como forma de conter a inflação e o défice da balança de pagamentos? A transformação dos padrões de especialização dependente que impõe restrições macroeconómicas ao ritmo e à direcção de expansão sustentável? A forma como os agentes interagem, contestam, disputam e lutam em torno destas tensões, conflitos e antagonismos reflecte as condições e estruturas económicas e sociais de produção e as capacidades transformativas que delas emergem.

A dialéctica ligações-agentes significa que (i) ligações e agentes existem, estão relacionados, influenciam-se e estruturam-se mutuamente e fazem parte de um todo; (ii) há tensões, conflitos e antagonismos entre ligações (por exemplo, entre cortar a procura agregada e confrontar a especialização dependente), entre agentes (por exemplo, entre quem beneficia e quem paga pela dívida pública, entre quem compra e quem vende força de trabalho), e entre ligações e agentes

(por exemplo, a crise de dívida rompe um padrão específico de acumulação de capital); (iii) a consciência, as ideias, as instituições (as normas, as políticas, as práticas sociais), os interesses, as identidades sociais, as alianças, são influenciadas e estruturadas pela base material (por exemplo, a especialização dependente) e pela experiência prática (por exemplo, pelas lições do passado sobre as crises estruturais cíclicas que tal especialização cria, e as consequências das várias formas de intervenção; ou os constrangimentos reais às opções disponíveis); (iv) a base material e a experiência prática são, por sua vez, o resultado da resolução de tensões, conflitos e antagonismos entre elementos do sistema no passado. Portanto, agentes e ligações não podem ser entendidos independentemente uns dos outros. Classes sociais, os seus interesses e lutas, os Estados nas suas várias formas e aparências, as instituições não são «coisas» objectivas que existem paradas no tempo, independentemente das condições materiais, da experiência e da luta social, das tensões, dos conflitos e antagonismos em relação com questões concretas colocadas por problemas objectivos e reais.

Enquanto o primeiro conceito, o MEC, revelou as estruturas específicas de acumulação, historicamente criadas, dentro das quais o capitalismo sul-africano se desenvolve, o segundo conceito, ligações-agentes, esclareceu, por via da interrogação histórica com um método e instrumentos específicos, as dinâmicas e tensões históricas que criaram essas estruturas de acumulação e que estabeleceram os seus limites e parâmetros, bem como permite identificar a energia e as dinâmicas transformativas geradas pelas tensões e contradições do sistema de acumulação e das relações sociais que lhe são específicas.

IMPLICAÇÕES PARA A INVESTIGAÇÃO DA ECONOMIA POLÍTICA DE MOÇAMBIQUE

Em última análise, o nosso objectivo era a construção de um método de estudo da economia de Moçambique. Por onde começar? Que perguntas fazer? Que questões estudar e como é que estas se relacionam entre si? Estudar para fazer o quê? Como separar a aparência da essência e entender o funcionamento da economia no seu todo, em vez de limitar a pesquisa a partes aparentemente isoladas e desligadas umas das outras?

Do método de *O Capital* entendemos que o enfoque analítico da economia moçambicana deveria ser colocado no estudo das estruturas e fontes internas de estabilidade, expansão e crise do sistema capitalista, como parte de um todo, e, dessa análise, extrair o conhecimento sobre os desafios e a construção da capacidade e da actividade transformativa. Isto requeria o reconhecimento de que o significado de «economia» é historicamente específico, decorrendo da sociedade e da época histórica em que se localiza, pois o que a «economia» estuda e como o faz dependem da configuração particular das relações sociais e das suas condições materiais

em que, e através das quais, a sociedade se organiza. A pesquisa da dialéctica entre ligações e agentes permite chegar à essência das estruturas de acumulação, para além, e diferentemente, da sua aparência, resultando num modo coerente de descrição do sistema de acumulação de capital específico para a sociedade e localização na história.

Conceptual e cronologicamente, o nosso estudo da economia política do capitalismo em Moçambique evoluiu, e continua a estruturar-se, ao longo de sete dimensões e/ou fases. A primeira é o reconhecimento do objecto do estudo (o sistema de acumulação de capital em condições históricas específicas) e do método de pesquisa (economia política do capitalismo, usando a dialéctica ligações-agentes como instrumento prático de investigação).

A segunda é a investigação e a descrição das dinâmicas sociais e económicas específicas de como o sistema de acumulação de capital, a que chamamos «economia extractiva» (Castel-Branco, 2002, 2010), se desenvolve em Moçambique, focando-se nas estruturas de produção, de comércio, de investimento, de emprego e de distribuição, na organização corporativa da produção e suas interacções, e no papel das finanças, de modo a fazer emergir uma imagem lógica e coerente da economia. Nesta etapa, a informação é organizada de modo a revelar as estruturas, os centros e as dinâmicas dominantes de acumulação em torno dos quais a economia, como um todo, gravita e às quais responde, escapando, deste modo, à rigidez e aos limites da pura descrição sectorial da economia. À medida do progresso da pesquisa e da transformação da realidade objectiva, novos elementos são introduzidos nesta análise, como, por exemplo: a questão da terra nas dinâmicas de investimento; as dinâmicas, as condições e as lutas laborais; as formas de estruturação e de ligações industriais, bem como as formas corporativas e os grupos económicos que emergem; as crises do sistema bancário associadas com a mercantilização e a especulação da dívida pública e as tendências para concentração e centralização; mudanças na natureza, estruturas e prioridades da despesa pública associadas com mudanças nas formas de financiamento do Estado; as tensões sobre a transformação da organização social da produção agrária. Novos elementos, fundamentais ou conjunturais, testam e desafiam o quadro analítico, cuja solidez e relevância são, também, demonstradas pela sua capacidade de incorporar e de explicar nova informação revelada pela pesquisa ou que emerge de crises e de mudanças na realidade objectiva.

A terceira dimensão consiste na descrição e análise da essência de fenómeno a que chamamos «porosidade económica» (privatização de activos empresariais, privatização dos recursos estratégicos, a estrutura dos incentivos e dos subsídios ao grande capital, o endividamento público ou privatização do espaço de dívida, e a austeridade social e resgate financeiro) (Castel-Branco, 2014). A porosidade económica funciona como mecanismo de transferência de propriedade e rendas do público para o privado, tem a sua lógica e coerência históricas relacionadas com o sistema dependente de acumulação de capital, e gera desafios e tensões específicos a cada etapa de desenvolvimento. Esta análise resulta na periodização histórica da «moçambicanização» do

processo de acumulação primitiva de capital privado, em que o controlo do Estado sobre os activos estratégicos e a dependência dos fluxos externos de capital constituem elementos vitais na formatação das particularidades históricas do processo de acumulação. Nesta fase da pesquisa, o quadro analítico histórico foi estruturado em torno da lógica e das tensões entre o que chamámos «ondas de expropriação do Estado» na formação de classes capitalistas nacionais. Esta análise incorpora, numa única matriz de quatro subdimensões: as lutas sobre mudança de propriedade e do seu quadro institucional; as relações e as tensões entre o controlo da propriedade, a escolha dos recursos prioritários, a identificação dos focos prioritários da política e da estratégia, e a atracção e o acesso a capital externo; os mecanismos de apropriação e transferência de excedente e rendas entre o público, o privado nacional e o multinacional; e a discussão destes elementos com referência a e com localização no tempo.

Esta componente de pesquisa pode evoluir em quatro direcções que, tendo tensões entre si, se podem, no entanto, complementar, nomeadamente: a construção de uma matriz macroeconómica de transferências de excedente e rendas (incluindo as transferências fiscais), que permita formalizar os mecanismos, a magnitude e os impactos estruturantes da porosidade económica na relação entre capital nacional e multinacional e o Estado, e revelar, mais exactamente, as debilidades e dinâmicas de crise; a magnitude, o papel e as consequências da financeirização dos recursos minerais-energéticos e da terra; a institucionalização da propriedade privada dos principais activos e recursos estratégicos e as suas implicações na formatação das relações de poder e das estruturas económicas, incluindo das dinâmicas de descentralização; e as ligações entre a porosidade económica, a financeirização dos activos produtivos, as estruturas e dinâmicas das políticas monetária, fiscal e cambial e as bolhas especulativas na economia.

A quarta dimensão consiste na pesquisa da organização corporativa da produção, a partir do estudo de indústrias específicas e das dinâmicas de surgimento e desaparecimento de grupos económicos e das ligações entre eles. Esta dimensão investiga as formas variadas como as indústrias se estruturam, adaptando-se aos mercados, ao quadro macroeconómico e ao ambiente estratégico industrial, e ajustando-os aos seus interesses e possibilidades. Este enfoque da pesquisa permite ultrapassar a dicotomia entre pequenas e médias empresas (PME) e grandes ou megaempresas, estudando as empresas para além das suas barreiras tradicionais, no contexto das indústrias ou redes de produção de que são parte (Castel-Branco, 2016b).

A quinta dimensão consiste na pesquisa de como é que o sector financeiro se estrutura, se relaciona com a base corporativa da economia, e se expande, se ajusta, tira proveito e transforma, a seu favor, as estruturas e dinâmicas de acumulação, bem como a sua relação com políticas e estratégias fiscais e monetárias. Além de ligar com a essência do modelo de acumulação, esta análise permite responder a questões conjunturais, como, por exemplo, a crise e o resgate de bancos, medidas de controlo e estabilização financeira, entre outros. Esta dimensão da pesquisa completa o circuito de análise e descrição das estruturas sociais de acumulação e liga os

vários elementos dessa análise, permitindo revelar e compreender a base estrutural e material das dinâmicas financeiras e do dinheiro, e entender as finanças e o dinheiro como componente endógena do modo de acumulação (Massarongo, 2013, 2015, 2016; Massarongo & Muianga, 2011).

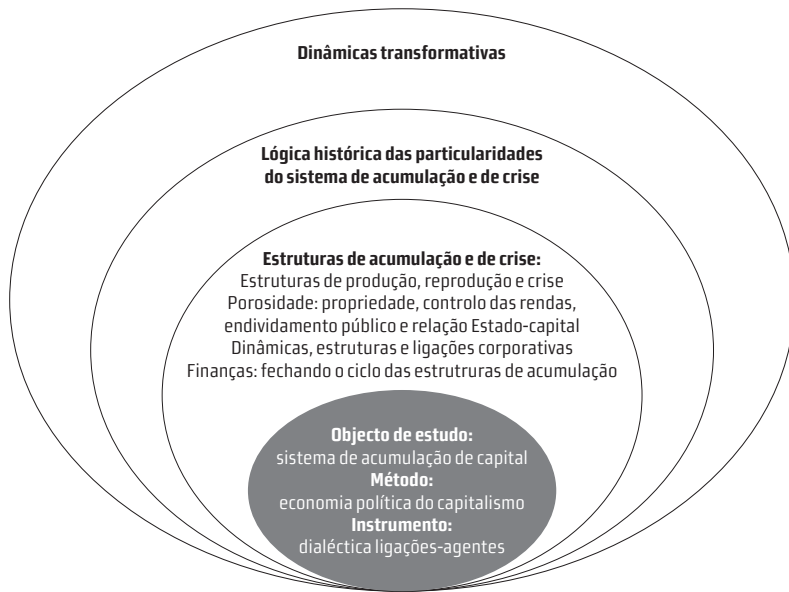
A sexta dimensão da pesquisa consiste na explicação histórica das particularidades que o desenvolvimento do modo capitalista de acumulação adquire em Moçambique, isto é, qual é a lógica histórica destes processos e particularidades e como foram e são formatados, em contextos históricos específicos fora do controlo de forças sociais individuais. Nesta fase da pesquisa, o entendimento da dialéctica ligações-agentes é fundamental para explicar as dinâmicas de reprodução, crise, ruptura e coerência. Esta fase deve permitir explicar as estruturas e relações sociais descritas, bem como fornecer a base de informação para a dimensão seguinte (Castel-Branco, 2002, 2016a).

A sétima dimensão da pesquisa consiste em identificar, descrever e compreender as condições, energia, motivações e focos transformativos, bem como os processos que podem levar a que esse potencial resulte em capacidade transformativa objectiva. A informação para esta fase resulta da explicação histórica das estruturas e dinâmicas de acumulação, feita com base na dialéctica das ligações-agentes.

As sete dimensões e fases da pesquisa da economia política do processo de acumulação privada de capital em Moçambique estão resumidas na Figura 1. Do centro para a periferia da figura, conceptualmente, a pesquisa inclui a definição do objecto, método e instrumentos práticos de estudo, a descrição crítica das estruturas de acumulação [que inclui quatro dimensões, nomeadamente as estruturas de reprodução e crise ou economia extractiva, a porosidade económica (formato da relação particular entre o capital e o Estado), as dinâmicas corporativas e as finanças], a lógica e coerência históricas do formato particular do sistema de acumulação de capital que emerge em Moçambique e o estudo das dinâmicas transformativas.

Os artigos seguintes, nesta secção «Economia», demonstram a aplicação deste método, nomeadamente identificando os traços comuns das dinâmicas de expansão e crise do sistema de acumulação e desenvolvendo a contextualização lógica e histórica da reprodução e ruptura do sistema de acumulação de capital.

FIGURA 1: PROCESSO E TRAJECTÓRIA DO ESTUDO DA ECONOMIA POLÍTICA DO CAPITALISMO EM MOÇAMBIQUE



REFERÊNCIAS

- Ali, R. (2013). Mercados de trabalho rurais: porque são negligenciados nas políticas de emprego, redução da pobreza e desenvolvimento em Moçambique?
In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.
- Ali, R. & Muianga, C. (2016). Emprego e condições sociais de trabalho nas agro-indústrias: contradições e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2002). *An Investigation into the Political Economy of Industrial Policy: the case of Mozambique*. Unpublished PhD Thesis. School of Oriental and African Studies. Londres: University of London.
- Castel-Branco, C. (2010). Economia extractiva e desafios de industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2014). Growth, capital accumulation and economic porosity in Mozambique: social losses, private gains. *Review of African Political Economy*, 41:sup1, S26-S48, DOI: 10.1080/03056244.2014.976363.
- Castel-Branco, C. (2016a). Dilemas da industrialização num contexto extractivo de acumulação de capital. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Castel-Branco, C. (2016b). Desenvolvimento centrado em PME? Problematização crítica desta abordagem. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique, 2016*. Maputo: IESE.
- Fine, B. & Rustomjee, Z. (1996). *The Political Economy of South Africa: from Minerals Energy-Complex to Industrialization*. Londres: Westview Press.
- Fine, B. & Saad-Filho, A. (2016). *Marx's Capital*. Londres: Pluto Press.
- Gruffydd-Jones, B. (2012). Method of political economy. In B. Fine & A. Saad-Filho (eds.), *The Elgar Companion to Marxist Economics*. Cheltenham (UK) e Northampton (MA, USA): Edward Elgar
- Marx, K. (1976). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 1. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1978). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 2. Londres: Penguin Classics.
- Marx, K. (1981). *Capital: a Critique of Political Economy*, vol. 3. Londres: Penguin Classics.
- Massarongo, F. (2013). Porque é que os bancos privados não respondem à redução das taxas de referência do Banco de Moçambique? Reflexões. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2013*. Maputo: IESE.

- Massarongo, F. (2015). Porque é que a emissão de obrigações do Tesouro não é a melhor alternativa para financiar o reembolso do IVA às empresas? *Boletim IDELAS*, 69. Maputo: IESE.
- Massarongo, F. (2016). Estrutura da dívida pública em Moçambique e a sua relação com as dinâmicas de acumulação. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2016*. Maputo: IESE.
- Massarongo, F., & Muianga, C. (2011). Financiamento do Estado com recurso à dívida - problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava, S. Forquilha & A. Francisco (orgs.), *Desafios para Moçambique 2011*. Maputo: IESE.
- O'Laughlin, B. (1981). A questão agrária em Moçambique. *Estudos Moçambicanos*, 3, 9-32. Maputo: CEA/UEM.
- O'Laughlin, B. (1996). Through a divided glass: dualism, class and the Agrarian question in Mozambique. *Journal of Peasant Studies*, 23(4), 1-39.
- Wuyts, M. (1981). Camponeses e economia rural em Moçambique. *Relatório 81/8*. Maputo: CEA/UEM (Centro de Estudos Africanos).